



-----ATA Nº 10/2015-----

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: Aprovação das Opções do Plano, Proposta do Orçamento para o ano 2016 e Plano Plurianual de Investimentos (PPI); -----

-----Ponto dois: Autorização para a celebração do contrato interadministrativo nas freguesias/união de freguesias - atribuição de verbas para a alimentação e gestão em refeitórios escolares e desenvolvimento das A.A.A.F. da educação pré-escolar - janeiro a julho de 2016;-----

-----Ponto três: Aprovação da Ata em minuta; -----

-----O Presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a substituição do eleito da Coligação Juntos por Guimarães, Ricardo Mendes, pelo deputado Pedro Canário, assim como o deputado José Rui Barroso foi substituído pelo deputado Álvaro Ribeiro. A deputada eleita pela CDU, Balbina Pimenta, também na impossibilidade de estar presente, foi substituída por Liliana Oliveira. -----

----- Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e a abstenção de uma deputada do Partido Socialista, por ausência na referida assembleia. -----

-----O Presidente da Assembleia indagou o deputado José Lemos, pedindo a confirmação da receção da ata nº 6, de 03-04-2006, e do documento onde constam os subsídios atribuídos em 2015 às associações da Freguesia. -----

-----Iniciou-se o período antes da ordem do dia, que registou três intervenções. -----

-----O deputado da CDU, Alexandre Marques, questionou a razão de um dos acessos ao parque de lazer estar encerrado e quais as medidas que foram tomadas pela Junta para a resolução da situação, com vista à reposição da normalidade, ou seja, a abertura do aludido acesso. -----

-----O deputado da CDU, Alberto Pereira, questionou o porquê, da discrepância temporal entre a declaração da Junta, que dizia analisar as fontes da água da Vila, e a publicação dos resultados; mencionou que a zona envolvente à Igreja S. Miguel do Paraíso mais parecia uma garagem de reparação de carros, estando cerca de 9 carros imobilizados na via pública há demasiado tempo; e ainda se a Junta tem conhecimento do carro abandonado e vandalizado no Largo da Várzea. Concluiu, mencionando a falta de um sinal vertical e de sinalização horizontal, para resguardar um lugar para pessoas com mobilidade reduzida, que pretendam se deslocar entre a capela mortuária e a igreja matriz, questionando, assim, as diligências tomadas pela Junta juntos dos serviços da Câmara Municipal para a resolução desta situação.--

-----O eleito do PS, José Lemos, reforçou o pedido de reparação da Urbanização da Lapa.-----

-----O Presidente da Junta esclareceu o deputado José Lemos, dizendo que a Junta recebeu um ofício por parte da Vimágua, comunicando que iriam efetuar em janeiro, a reposição de pavimento da Rua da Circunvalação e da Rua 1º de Maio, mas essa reparação não contempla a Urbanização da Lapa. Neste sentido, a Junta continuará a insistir para solucionar o problema. --

-----Para esclarecer o deputado da CDU, Alberto Pereira, o Presidente informou que tem conhecimento da queda de vários sinais de trânsito na freguesia e que tem reportado a situação à divisão de trânsito, que é a autoridade competente. Quanto ao carro abandonado

no Largo da Várzea, a Junta tem conhecimento, já foi sinalizado e notificado pela Polícia Municipal, os carros imobilizados no largo da Igreja S. Miguel do Paraíso, a Junta não tinha conhecimento e mesmo que tivesse essa questão não é da competência da Junta. O Presidente da Junta sugeriu ao Deputado que, quando tivesse conhecimento deste tipo de situações, as reportasse na secretaria da Junta e não o fizesse apenas trimestralmente nas Assembleias. Em relação à discrepância temporal das análises da água, esta deveu-se ao facto de a Junta ter feito uma segunda avaliação. -----

----- No que se refere ao encerramento do acesso ao Parque de Lazer e respondendo ao deputado Alexandre Marques, o Presidente da Junta referiu que a Junta teve conhecimento do encerramento do acesso pelo proprietário e questionou-o se poderia fazer alguma coisa para não proceder ao mesmo encerramento. O proprietário respondeu que a Junta não poderia fazer nada, pois encerrou o acesso por vontade própria. A Junta tentou demovê-lo desta decisão, mas não conseguiu. No mesmo dia, o Presidente da Junta falou com o Sr. Vereador para encontrar uma solução e este prometeu que não iria “deixar morrer o assunto”. O Presidente salientou ainda que, se esta história tem pressões por trás, a Junta não se revê e preocupar-se-á unicamente em garantir um acesso digno de Pevidém ao parque de lazer. A Junta irá fazer de tudo para Pevidém ter uma entrada, tentando sensibilizar os proprietários. --

-----O deputado da CDU, Alexandre Marques, pediu novamente a palavra e mencionou que a Junta não tem grande margem de intervenção, mas a Câmara tem, principalmente em termos de viabilização daquilo que se vai lá construir. E recomendou que a Junta insista com a Câmara de forma a arranjar meios de pressionar os proprietários, para abrir aquele acesso, porque é importante para as pessoas da vila. -----

-----O Presidente esclareceu o Deputado, insistindo que a Junta fará tudo o que estiver ao seu alcance para solucionar este problema. A Junta o que pretende, e independentemente de ser aquele local ou outro, é que Pevidém tenha um acesso digno ao parque. É por esse acesso que a Junta irá lutar, quanto às outras questões de pressões exteriores, o Presidente disse que também as conhece e respeita, mas não concorda com elas. -----

-----Deu-se início à ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Junta lido a introdução do plano de atividade para o ano 2016, procedido aos respetivos esclarecimentos sobre os documentos postos à votação e agradecido a todo o Executivo e a todos os representantes dos departamentos pelo seu excelente trabalho, porque sem estes intervenientes nada seria possível. Sobre este ponto registaram-se três intervenções. -----

-----O eleito pela CDU, Alexandre Marques, começou por questionar quais as novas áreas de atuação previstas para 2016; qual o verdadeiro modelo de delegação de competências; e ainda, se as verbas transferidas da Câmara para o exercício das mesmas competências têm sido satisfatórias e suficientes. Questionou ainda quais as verbas, em concreto, destinadas para a Ação Social e em que rubricas no orçamento estão inscritas; e, para quando a criação do Centro de Convívio, como consta no programa eleitoral da coligação PSD/CDS. Mencionou que algumas propostas são uma repetição do primeiro ano, principalmente no que diz respeito a obras e melhoramento. No que diz respeito ao alargamento do Cemitério, o Deputado referiu que é uma obra prioritária, e apesar de o mesmo já ter tido duas obras de ampliação suportadas financeiramente pela Câmara, o Deputado perguntou se a Câmara iria suportar todo o valor para esta 2ª fase do alargamento do Cemitério. -----

-----A deputada do PS, Cristina Machado, perguntou quais as novas prioridades de atuação; para quando a criação do Centro de Convívio da terceira idade; e, como nenhum dos

elementos do PS teve acesso ao boletim informativo, fazendo este parte do plano de atividades, quando, como e onde é que foi feita essa distribuição. -----

----A terceira intervenção foi feita pelo eleito do PS, José Lemos, que questionou a razão do aumento de seis mil euros na receita em relação às apresentações quinzenais, indagando se seria o reflexo do alargamento da zona ou o reflexo de mais desemprego; a verba de cinco mil euros de receita e de despesa no espaço de cidadão, se seria para pagar a algum elemento; e, qual e onde estava inserida a verba destinada ao passeio da freguesia. -----

----Por último, o deputado da CDU, Manuel Pinto, interrogou qual a razão da Junta orçamentar na rubrica 0702090501 a venda de terreno, uma verba que é mais do triplo do valor orçamentado do ano anterior, já que a principal obra deste ano será o alargamento do Cemitério. Constatou que no orçamento, as rubricas com maiores sacrifícios são as instituições sem fins lucrativos e as atividades culturais e recreativas, questionando qual a razão deste corte. Finalizando, congratulou a CDU, uma vez que a Junta concordou com as propostas sugeridas por esta força política, considerando que o saldo de gerência só deve ser introduzido após aprovação das respetivas contas, questionando, assim, qual a razão para a alteração. -----

----O presidente da Junta, Angelino Salazar, começou por esclarecer o deputado da CDU, Manuel Pinto, explicando que essa alteração do saldo de gerência foi feita porque os deputados da CDU mencionaram o mesmo na última discussão do plano. Visto que a Junta o que pretende é que o documento seja o mais o amplo possível, isto é, um sinal de abertura da Junta para que o plano seja aprovado. Efetivamente, existe uma redução da verba às instituições e atividades culturais e recreativas, mas as iniciativas são as mesmas e o apoio é o mesmo, simplesmente houve uma otimização de recursos, que se faz com esforço do Executivo e de todos os departamentos. Relativamente ao aumento da rubrica da venda de terreno, deve-se ao facto de a Junta estar a perspectivar um aumento na venda de espaços para jazigos.-----

----Para responder ao deputado José Lemos, o Presidente da Junta começou por justificar que o aumento da rubrica das apresentações quinzenais se deve ao facto de a Junta entre 2009 a 2013 não ter sido contemplada com qualquer tipo de apoio por parte do IEFP, de 2014 em diante a Junta recebeu todo esse apoio. Desde 2015, por muita insistência, a Freguesia alargou a sua área intervenção e, a partir de abril de 2015, foi centralizado na nossa Freguesia todo o serviço de apresentações quinzenais. Quanto à criação de uma rubrica para o Espaço do Cidadão, houve essa necessidade, porque neste espaço efetuam-se serviços, como por exemplo a renovação da carta de condução, do qual se recolhe a receita e depois tem de se transferir para a AMA. Concluiu, informando que a verba do passeio está contemplada nas iniciativas da Freguesia. -----

---- Para esclarecer a eleita do PS, Cristina Machado, o Presidente indicou que a distribuição do Boletim Informativo, em formato digital, foi feita através do Facebook e em formato de papel, a Junta estabeleceu um acordo com os CTT, de forma a distribuir por toda a população. A Junta teve conhecimento que uma porção muito residual de algumas habitações não foram contempladas. -----

---- Por fim, para esclarecer o deputado da CDU, Alexandre Marques, o Presidente afirmou que, quando se referiu que gostaria que o modelo da delegação de competências evoluísse para uma verdadeira delegação, estava a referir-se que gostaria de ser escutado, pelo Município para abordar quais as competências que estaríamos interessados para a nossa Freguesia. Esta auscultação iria ser feita em outubro de 2014, em que todos os presidentes de

Junta iriam ser ouvidos pelo Município para delegar competências. A Junta apenas quer o reconhecimento do seu verdadeiro papel, em termos sociais e locais. Quanto à Área Social, a criação do Centro de Convívio para a Junta é uma prioridade, estando toda a equipa empenhada e a trabalhar desde novembro de 2013. Neste momento está a ser estudada a melhor solução e lançou um repto à Assembleia, perguntando se esta está disposta a autorizar um investimento extraordinário superior para este fim. Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento, tal como já tinha dito no ano anterior, é um plano para o mandato e não para o ano. Reafirmando que este plano foi idealizado para o enquadramento de um mandato. No que diz respeito ao alargamento do Cemitério, a Junta pretende um alargamento mais ambicioso, sendo que o valor deverá ser superior ao alargamento feito em 2003 e, por este motivo, a Câmara poderá não assumir a totalidade da verba. -----

-----O deputado Alexandre Marques fez um esclarecimento sobre as apresentações quinzenais, dizendo que primeiramente foi instalada na junta freguesia de Selho S. Cristóvão e, mais tarde, foram criados os GIP's. Com a instalação de um posto GIP na Freguesia, começou-se a fazer as apresentações quinzenais. Dado que se tinha o financiamento para o GIP, a Junta não poderia receber em duplicado o financiamento para as apresentações quinzenais. No final de 2012, foi retirado o serviço das apresentações quinzenais ao GIP e teria que haver um novo acordo com o IEFP. A situação foi-se arrastando até que este Executivo tomou posse e pediu os retroactivos das apresentações quinzenais. Quanto à delegação de competências, considera que o que é preciso é que a Câmara faça acordos de execução das mesmas e que faça cumprir a lei. Quanto ao repto lançado do Presidente sobre alienação para o Centro de Convívio só se o valor ultrapassar 300 vezes a remuneração mínima mensal garantida (RMMG) da freguesia é que é preciso autorização da Assembleia. -----

-----Após a intervenção do Eleito, o Presidente da Junta esclareceu-o, dizendo que tem conhecimento da lei, e que a Junta sabe que se ultrapassar um determinado limite que precisa da autorização da Assembleia. Sobre a delegação de competências, existem delegações que interessam mais do que outras, e a delegação de competências que interessa, precisa, para ser executada e delegada, tal como disse o senhor Deputado, da aprovação do protocolo. -----

-----O eleito da CDU, Manuel Pinto, começou por referir que a CDU não votou contra, pelo facto do saldo de gerência estar incorporado no orçamento. Salientou que a CDU não votou contra, mas que apresentou uma declaração de voto pela sua abstenção. Quanto à rubrica de venda de terreno, segundo o seu conhecimento sobre o regulamento do Cemitério, a venda só é permitida após falecimento de algum familiar. Na sua opinião, esta rubrica só deveria estar presente no próximo orçamento, visto que ainda não se tem perspectiva de quando iniciará o alargamento do cemitério. -----

-----Quanto à intervenção do eleito da CDU, Manuel Pinto, o Presidente da Junta lembrou ao deputado que em 2010, data em que o Deputado pertencia ao Executivo, foram vendidas 6 sepulturas para um jazigo, sem perspectivar qualquer tipo de ampliação. Este Executivo está a perspectivar vender terreno em 2016, para adquirir receita para aplicar no alargamento do cemitério. Manifestou que a intenção é que a obra seja concluída em 2016. -----

-----Não se registaram mais pedidos de intervenção e o Presidente da Assembleia pôs à votação o ponto um, que foi aprovado, por maioria, com os votos favoráveis dos seis eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães e sete abstenções, dos dois eleitos do PS e dos cinco eleitos da CDU. A CDU apresentou declaração de voto, que passo a citar: *“Muito embora consideremos que o Plano em apreciação contém falhas graves na definição de prioridades e*

*apresenta propostas não concretizáveis no espaço temporal de um ano, os eleitos da CDU tomam a posição de voto de não obstaculizarem a aprovação dos referidos documentos, que são essenciais na gestão autárquica. Daí o voto da CDU tenha sido abstenção.”*-----

-----O segundo ponto, posto à votação, foi aprovado por unanimidade, não se tendo registado nenhuma intervenção. -----

-----O Presidente da Assembleia pôs à votação a aprovação da ata em minuta, no que se refere aos dois pontos, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, verificando-se uma inscrição do senhor Manuel Faria, morador na Rua dos Ribeirais, desta Freguesia, que tomando a palavra, questionou quais os critérios para a iluminação pública. Disse ainda saber que existem locais na Freguesia que tem iluminação a 100 por cento, nomeadamente no monte de Correlos, onde se efetuam negócios de droga, e no local onde habita tem poucos pontos de luz. -----

-----Em resposta, o Presidente da Junta agradeceu a intervenção e disse que a iluminação pública não é da responsabilidade da Junta, mas sim do Município. A Junta solicitou para acender algumas luminárias, tanto na Rua como na Travessa dos Ribeirais, mas não foram contempladas. O Presidente da Junta disse que tem conhecimento que em 2017, o Município irá fazer um grande investimento, de acender todas as luminárias, primeiramente as da cidade, depois as das vilas e por último as das freguesias. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Machado, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos. -----

-----O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

-----O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

-----O Segundo Secretário \_\_\_\_\_